

Página 1

09-07-2010

Periodicidade: Diária

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 0

Temática: Justiça

Dimensão: 175

Imagem: N/Cor

Página (s): 6

PT

Advogado do Estado convicto de que direitos especiais podem ser mantidos

O advogado que representa Portugal no processo movido por Bruxelas no Tribunal Europeu de Justiça, Miguel Gorjão Henriques, insiste em que o acórdão proferido ontem "não impede a manutenção de direitos especiais do Estado português na PT":

O advogado sublinhou, em declarações à Renascença, que o importante é que se faça utilização desses direitos "de maneira que seja considerada suficientemente adequada pelas instituições da União Europeia".

Miguel Gorjão Henriques considera, ainda, que o Governo pode demorar cerca de um ano até regularizar a sua situação no maior grupo empresarial português de telecomunicações. O advogado recorda o que se passou em Itália, para justificar a sua posição: "A Itália foi condenada em Março de 2009 e, em Maio, mais de um ano depois, adoptou disposições para dar aplicação ao acórdão".

"É um percurso semelhante que o Estado português fará, para adequar a sua legislação interna e as regras que foram consideradas desadequadas pelo o Tribunal de Justiça. Fará isso no seu tempo e da maneira que considerar mais adequada", conclui.

Barroso reafirma validade da decisão

Esta manhã, o presidente da Comissão Europeia insistiu na tese de que a decisão do Tribunal de Justiça válida

as posições de Bruxelas sobre os direitos especiais dos Estados em empresas.

Durão Barroso, que falava, no Estoril, à margem do Global Business Fórum 2010, uma iniciativa promovida pela COTEC, disse acreditar que o Governo português vai respeitar as determinações do Tribunal do Luxemburgo.

Teixeira dos Santos: Governo respeitará direito comunitário

O ministro das Finanças disse hoje, no Parlamento, que o Governo usará apenas os instrumentos compatíveis com o direito comunitário para defender os interesses do Estado.

Questionado no Parlamento sobre a eventual privatização de empresas públicas como os CTT ou a REN, Teixeira dos Santos disse que o Governo respeitará o direito comunitário nas futuras privatizações.

Um dia depois do Tribunal Europeu de Justiça se ter pronunciado sobre a golden share na PT, o ministro das Finanças garantiu que o plano de privatizações permanece inalterado.

A defesa dos interesses estratégicos, disse Teixeira dos Santos, será feita através dos instrumentos disponíveis à luz do direito comunitário.